



Ministério da Educação – Brasil
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM
Minas Gerais – Brasil
Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas
Reg.: 120.2.095 – 2011 – UFVJM
ISSN: 2238-6424
QUALIS/CAPES – LATINDEX
Nº. 07 – Ano IV – 05/2015
<http://www.ufvjm.edu.br/vozes>

Jornalistas e historiadores: diálogos e conflitos identitários a partir da obra *1808*, de Laurentino Gomes

Cristiano Nicolini
Doutorando em Comunicação na
Universidade da Beira Interior – UBI – Covilhã – Portugal
(Bolsista UBI)
<http://lattes.cnpq.br/3877723227851587>
E-mail: cristiano782006@hotmail.com

Dr. João Carlos Correia (orientador)
Doutor em Comunicação – UBI
Universidade da Beira Interior – UBI – Covilhã – Portugal
<https://ubi.academia.edu/JoaoCarlosCorreia/CurriculumVitae>
E-mail: jfcorreia@gmail.com

Resumo: O jornalismo e a história são dois campos que se inter cruzam em diversos aspectos. Nos últimos anos, tem-se testemunhado inúmeras situações em que profissionais de ambas as áreas estabelecem diálogos e conflitos em função dos limites que as duas formas de narrativa devem assumir na sua atuação. Os textos do historiador e do jornalista têm características que os distinguem. Mas ambos podem ser considerados formas de conhecimento? Qual é a fronteira existente entre estes dois campos de atuação? Para responder a estes questionamentos iniciais de uma pesquisa de doutoramento em comunicação, apresentam-se algumas reflexões acerca deste tema proeminente nas discussões atuais, envolvendo historiadores e jornalistas. Para isso, parte-se da análise da obra *1808 - Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil*, do jornalista Laurentino Gomes.

Palavras-chave: Jornalismo e história; identidades; narrativas; Laurentino Gomes.

Introdução

Atualmente, é possível identificar um intenso e representativo debate acerca do papel dos historiadores e dos jornalistas na sociedade. Ambos desempenham a função de narrar os acontecimentos, porém empregam recursos diferentes na forma de registrá-los. Cabe, portanto, aos pesquisadores tanto da história quanto da comunicação a função de investigar e pensar sobre estas relações, buscando contribuir para a ampliação da análise acerca destas narrativas e inserindo a discussão na perspectiva histórico-cultural. De que forma pode-se compreender as conexões entre os dois campos, no momento em que se vê jornalistas publicando obras de cunho historiográfico, ou historiadores investindo em trabalhos numa linguagem que se aproxima da jornalística? Neste artigo, propõe-se a análise da repercussão do livro *1808 - Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil*, do jornalista brasileiro Laurentino Gomes, para fazer um exercício de análise acerca das relações entre história e jornalismo, na medida em que ambas as áreas se encontram na referida obra.

1808: o jornalista narrando a história

No ano de 2008, quando no Brasil foram celebrados os duzentos anos da chegada da corte portuguesa ao então território colonial, o jornalista brasileiro Laurentino Gomes publicou uma obra que tinha a intenção, segundo ele, de revisar as narrativas sobre este evento da história brasileira e portuguesa.

O propósito deste livro é resgatar a história da corte portuguesa no Brasil do relativo esquecimento a que foi confinada e tentar devolver seus protagonistas à dimensão mais correta possível dos papéis que desempenharam duzentos anos atrás. (GOMES, 2007, p. 19).

Assim, o autor buscou sustentar a sua narrativa a partir da citação das fontes nas quais ele se baseou para escrever a obra. Destacou a participação da historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias, do jornalista Tales de Alvarenga e do acadêmico José Mindin. Em seguida, mencionou que lera aproximadamente cento e cinquenta obras para obter dados sobre o referido período histórico. Além disso,

deixou claro, ainda na introdução, que fez uso de fontes não convencionais para a sua pesquisa, citando inclusive o *site Wikipedia*, que para o autor foi uma importante ferramenta na busca de informações. (GOMES, 2007).

A obra, em síntese, narrou os acontecimentos já conhecidos pela historiografia brasileira e internacional. Não acrescentou dados novos às pesquisas, apenas incumbindo-se de narrar de forma diferente aquilo que, segundo o próprio autor destacou, foi contado de forma muito rebuscada pela linguagem acadêmica. (GOMES, 2007). O jornalista lembrou, ainda, que as questões semânticas acabavam por “confundir” o leitor das obras sobre a história do Brasil. Por exemplo, o termo adequado para narrar a vinda da família real ao Brasil seria “fuga”, e não outras palavras que historiadores empregam para, segundo ele, “camuflar” o que é “evidente” na história. “Se não havia alternativa, também não se justifica o uso de malabarismos semânticos para amenizar ou disfarçar o que de fato ocorreu: uma fuga pura e simples, apressada, atabalhoada, sujeita a erros e improvisações”. (GOMES, 2007, p. 21).

Desta forma, Laurentino Gomes não apenas se propôs a revisitar estas narrativas, como antes de mais nada avaliou e julgou a escrita de pesquisadores que o fizeram anteriormente. Estas e outras considerações feitas pelo escritor ao longo da obra levaram a questionamentos acerca do papel do jornalista na narrativa de passagens históricas. Teria ele a liberdade de interpretar os fatos à sua maneira? Ou ao jornalista caberia apenas divulgar as informações obtidas pelos pesquisadores que lidaram diretamente com as fontes primárias, empregando teorias e metodologias pertinentes ao campo da historiografia? Quais os limites ao trabalho do jornalista neste sentido?

Quanto a esta discussão, o pesquisador Luis Celestino, da Universidade Federal do Ceará, lembra que é comum encontrar obras sobre história escritas por jornalistas nas listas dos *best-sellers* nacionais e internacionais. Segundo ele, alguns destes jornalistas foram levados a “(...) programas de televisão falando sobre história e até mesmo proferirem palestras em cursos de ciências humanas de universidades espalhadas pelo país em 2010. Que lugar de fala ocupavam? Jornalistas ou historiadores?” (CELESTINO, 2011, p.1).

A discussão acerca das proximidades e distanciamentos entre estes dois campos não é recente, apesar do fenômeno literário mencionado ter se evidenciado

na última década. Várias são as explicações que historiadores e jornalistas buscam sobre este sucesso das obras, variando desde fatores linguísticos até o estabelecimento de relações com os processos identitários típicos da pós-modernidade, em que as pessoas buscam conhecer a história do país frente às transformações advindas da globalização.

O professor e historiador Elias Thomé Saliba (USP), por exemplo, classifica o interesse pela história como resultado da crise das identidades sociais disseminada pelo planeta pós-globalização: “A aceleração das mudanças tecnológicas vem provocando uma mudança na forma de se experimentar o tempo e um medo de perder as referências do passado”. Saliba acredita que, “[...] na ânsia de encontrar algo seguro que dê sentido à vida presente, vamos com muita sede ao pote em direção ao passado. Hoje há uma obsessão angustiada de nossas sociedades em retirar dali lições para se entender e viver o presente”. (FONTE: www.ipea.gov.br. Acesso em: 13 nov. 2014).

Neste contexto, o livro *1808* se tornou um fenômeno de vendas no Brasil e em outros países, com destaque a Portugal, ao qual a narrativa também se refere. No decorrer de seus vinte e nove capítulos e mais de quatrocentas páginas, Laurentino narrou desde a conjuntura que levou ao que ele denominou a “fuga” da corte portuguesa de Lisboa, em 1807, até o retorno de D. João VI a Portugal, em 1821.

A começar pelos capítulos relativamente curtos e com títulos também resumidos a poucos termos – *A fuga*, *Os reis enlouquecidos*, *O plano*, por exemplo -, o autor empregou, como ele mesmo anunciou na introdução, um vocabulário direto e sem muito rebuscamento. Intentou levar ao grande público o que, segundo ele, historiadores narrariam de forma muito complexa. O público, portanto, estaria sendo apresentado com a sua própria história, cujo acesso seria viabilizado pela narrativa jornalística. Ele não desprezou as narrativas dos historiadores, mas ressaltou: “O estilo árido do texto de Oliveira Lima [...] torna-o cansativo até para leitores mais familiarizados com o idioma peculiar das teses de pós-graduação”. (GOMES, 2007, p. 20).

Repercussões da obra no Brasil e em Portugal

Por se tratar de uma história comum a brasileiros e portugueses, é relevante visualizar as repercussões da obra *1808* nos dois países, considerando os papéis que o jornalista Laurentino Gomes atribuiu a ambos os grupos no decorrer dos acontecimentos históricos. De que forma o público leigo e os especialistas receberam esta narrativa? Se o livro se tornou um fenômeno de vendas, quais foram as características que, além daquelas relacionadas à linguagem empregada pelo autor, favoreceram esta procura pelos leitores? É interessante, para esta análise, identificar as diferentes opiniões de quem leu a narrativa, para compreender a recepção e as reações ao texto.

No ano de 2008, a obra recebeu o prêmio de melhor ensaio da *Academia Brasileira de Letras* e da *53ª edição do Prêmio Jabuti de Literatura* na categoria de livro-reportagem e de "livro do ano" da categoria de não-ficção. (FONTE: www.folha.uol.com.br. Acesso em: 31 out. 2014). A revista brasileira *Época* elegeu Laurentino Gomes uma das cem pessoas mais influentes do ano, pelo mérito de conseguir vender mais de meio milhão de exemplares de um livro sobre a história do Brasil. (FONTE: revistaepoca.globo.com. Acesso em: 2 nov. 2014). Diante destas premiações e do sucesso obtido pelo escritor, é inevitável relacionar este fenômeno a um contexto em que a mídia atua de forma significativa. A divulgação do livro, o contexto comemorativo em que fora lançado, bem como fatores associados ao processo de resgate da história nacional por grupos e indivíduos, são apenas algumas das motivações que devem ser visualizadas como promotoras desta repercussão.

No entanto, nem todos que leram a narrativa emitiram a mesma opinião. Houve críticas de ambos os grupos: jornalistas e historiadores, bem como outros pensadores, profissionais e intelectuais negaram a validade do livro como obra historiográfica, trazendo à tona a discussão acerca da função do jornalista ao elaborar estas narrativas. Cabe a este profissional (re)escrever a história do Brasil? Em caso afirmativo, qual é o papel do historiador, então? Ou ambos podem trabalhar conjuntamente, assumindo funções determinadas neste contexto?

Quanto à repercussão da obra entre o grande público, incluindo os leigos na temática, pode-se dizer que a narrativa jornalística produziu ampla aceitação,

simplesmente considerando-se os números da vendagem da obra. No entanto, entre especialistas nem sempre a aceitação foi neste sentido. Em Portugal, por exemplo, o historiador Arthur de Lacerda expôs em um *site* no mês de dezembro de 2013:

[...] 1808 é um mau livro, pela sua inclinação, pelo seu apelo comercial e pelo amadorismo com que foi concebido. A sua inclinação é negativista, detratora de Portugal e fomentadora da muito famigerada lusofobia, desprezo e ódio de muitos brasileiros pelo nosso passado colonial e pela nossa origem portuguesa. [...] repugnou a outros leitores, que o analisaram com senso crítico. Foi o caso, em Portugal, de Isabel A. Ferreira, Mendo Castro Henriques e João Gomes. Dada a publicação de 1808, Isabel Ferreira reagiu [...] com o seu livreto *Contestação*, voltado a refutá-lo e cuja publicação no Brasil corresponde a uma verdadeira premência de saúde pública cultural. Prefaciado por Mendo Castro Henriques e por João Gomes, asserem eles: "O livro de Laurentino Gomes é interessantíssimo do ponto de vista hermenêutico porque acumula quase todos os erros possíveis ao interpretar figuras históricas: falta de contextualização, acumulação de informação não tratada, confusão nos critérios de relevância, teoria explicativa deficiente. Quem desejar informar-se, a sério, sobre o reinado de D. João VI, a transferência da corte para o Brasil e sua estada cá, lerá, de Patrick Wilckens, *Império à deriva*, e *D. João VI*, de Jorge Pedreira e Fernando Dores Costa, ambos publicados no Brasil" [...]. (FONTE: www.brasil247.com. Acesso em: 12 nov. 2014).

Acusado de lusofobia pelo historiador português, no Brasil também não foram poucas as críticas de historiadores à forma como o jornalista construiu a sua narrativa. Apesar de concordarem com o estímulo que a obra deu ao reconhecimento do passado nacional, muitos pesquisadores atribuíram avaliações negativas ao livro *1808*. O renomado historiador José Murilo de Carvalho avaliou o fenômeno da seguinte forma: "Obras como *1808* não trazem nada de novo. Mas Laurentino achou uma maneira muito atraente de apresentar esses episódios da história para o grande público". (FONTE: www.folha.uol.com.br. Acesso em: 3 nov. 2014). Eis, novamente, o questionamento que norteia esta análise: esta "forma atraente" é benéfica ou prejudica a interpretação dos fatos históricos? Não estaria o jornalista prestando um desserviço à historiografia? Que efeitos estas narrativas teriam sobre o futuro das pesquisas e análises historiográficas?

A repercussão que estas narrativas jornalísticas assumem nos diferentes contextos pode dimensionar os efeitos de tal intercruzamento, na medida em que traz à tona debates acerca das identidades que as duas formas de narrativa representam no campo intelectual e, conseqüentemente, na sociedade em que estes textos são veiculados.

Historiadores e jornalistas: identidades narrativas

É notável que o jornalismo e a historiografia apresentam diferentes linguagens. Enquanto o jornalista escreve para o grande público, empregando uma linguagem mais acessível, o historiador utiliza a terminologia correspondente ao seu campo teórico, cujas construções textuais muitas vezes se tornam inacessíveis ao público leigo. Assim, associa-se a escrita de jornalistas à perspectiva denominada história tradicional que, segundo Burke (1992, p. 12), preocupa-se apenas em narrar acontecimentos, enquanto os novos historiadores empenham-se em analisar as estruturas do passado, estabelecendo relações a partir de um quadro teórico mais consistente. Paul Veyne (1998, p. 4) afirma que a tarefa dos historiadores é a de narrar acontecimentos reais, tendo o homem como ator. A história, para ele, nem mesmo pode ser considerada uma ciência.

Quanto ao jornalismo, Meditsch (1997) defende a hipótese de que ele é uma forma de produção de conhecimento. No entanto, ressalva que, na prática, esta forma de conhecimento tanto pode servir para reproduzir outros saberes quanto para degradá-los, e é provável que muitas vezes faça essas duas coisas simultaneamente. Diante desta observação, como relacionar jornalismo e história? Ambos são formas de produção de conhecimento, mas possuem características que diferenciam as suas formas de produção e divulgação das informações.

Ainda segundo Medistch (1997), a ciência em sua versão moderna trata o jornalismo como degradador do conhecimento, pois não segue as regras do método de investigação. Esta visão permanece nos debates acerca do papel do jornalismo na sociedade, sendo que muitos o enxergam como uma ciência malfeita, por supostamente não se especializar em nenhuma temática, mas ao mesmo tempo tratar um pouco de todas. Uma segunda interpretação, também destacada por este autor, é a de que o jornalismo ocupa uma posição intermediária, entre o conhecimento científico e o não-científico. Neste sentido, o jornalista lidaria com a ciência e a história num grau de profundidade menor, mas não inválido. Por isso o jornalismo poderia ser definido como uma história escrita “a queima roupa”.

E, numa terceira interpretação, Medistch (1997) destaca os pensadores que defendem o jornalismo não como superior nem inferior ao conhecimento científico ou histórico, mas como uma linguagem diferente, pertinente à função da comunicação

na sociedade. Este grupo está vinculado às interpretações críticas acerca da objetividade da ciência, superando a postura positivista de que ela está ligada a certezas e verdades absolutas. A infalibilidade da ciência leva à compreensão do conhecimento como um produto cultural e histórico, condicionado ao seu tempo e às pessoas que nele atuam. Portanto, o jornalismo seria apenas uma das formas de conhecimento, dentre tantas que não têm o poder de propagar a verdade. A linguagem, neste contexto, é tomada como um dos principais fatores de construção destas verdades, cujos pressupostos se assentam em realidades distintas, em interpretações diferenciadas que conduzem a afirmações que podem ou não ser verdadeiras. Ou seja, os diferentes discursos produzem distintas verdades.

Diante das novas interpretações sobre a transmissão do conhecimento, que na verdade é (re)conhecido pelos sujeitos, que os assimilam de acordo com experiências anteriores, sociais ou individuais, é preciso repensar as relações entre conhecimento jornalístico e conhecimento histórico. O jornalismo pode representar, neste sentido, uma forma diferente de acessar o conhecimento, num contexto em que se comprovam as múltiplas formas pelas quais o cérebro humano capta as aprendizagens. As pretensas verdades nunca são recebidas e compreendidas da mesma forma pelas pessoas, pois há inúmeros fatores que intermediam estas relações de produção e recepção das informações.

Buscando relacionar os diálogos e conflitos entre a história e o jornalismo, identificam-se nos estudos culturais os referenciais que viabilizam a análise do discurso e da construção de identidade, que são mediados pelas relações culturais. Esta abordagem permite analisar a construção da identidade a partir das falas, escritas, símbolos e demais manifestações dos atores sociais envolvidos. De acordo com estes referenciais, é possível construir uma análise de elementos que transcendem as relações políticas, econômicas e sociais ao longo da história, dando subsídios à compreensão de processos mentais que conduzem a determinadas realidades e representações sociais.

Um conceito relevante dos estudos culturais é o de *representação* que, de acordo com Chartier (1990), permite ver além do aparente, identificando como as sociedades constroem significados a partir de contradições, como significam o mundo e formulam identidades, e como marcam a sua existência no mundo. A perspectiva aqui adotada pretende estabelecer relações entre a cultura e a

sociedade na qual ela se desenvolve, sem esquecer que são pessoas que elaboram as condições para que esta se materialize. As condições em que as ideias e valores são elaborados, no caso do objeto de estudo desta pesquisa, devem ser visualizadas como manifestação cultural vinculada a uma realidade social, em que pessoas e grupos com aspirações e intenções específicas atuam na formatação de suas identidades.

Ou seja: as representações não se dão num espaço vazio ou imaterial, pois interagem constantemente com condições materiais de existência. Os diálogos e conflitos entre jornalistas e historiadores estão ligados tanto a valores, ideias e sentimentos, quanto às condições materiais de sua presença na sociedade: econômicas, profissionais, políticas. E o instrumento que viabiliza esta construção identitária é a linguagem, seja ela escrita, falada ou representada de outras formas.

A linguagem jornalística não é a mesma empregada pela historiografia. São formas diferentes de representar o mundo, mesmo que ambas não consigam atingir a verdade. Podem tentar se aproximar da realidade, empregando esforços para narrar o que de fato ocorreu na história. Passado e presente são tempos com os quais historiadores e jornalistas trabalham; no entanto, o historiador tem, segundo Burke (2008), a obrigação de compreender e explicar as estruturas da sociedade. O jornalista, por sua vez, não tem este compromisso: ele narra os acontecimentos, mas deve exercitar, segundo códigos da própria profissão, a neutralidade frente àquilo que relata. Sabe-se, no entanto, que isso não ocorre na prática cotidiana, em que a notícia deve ser levada o mais rapidamente possível ao público. Neste sentido, é necessário repensar o papel destes dois profissionais no momento em que jornalistas como Laurentino Gomes assumem a tarefa de “levar a história” até este público que antes, segundo ele mesmo afirma, “não lia a história do seu país”.

A história como campo de estudos vem sofrendo transformações desde o início do século XX, quando os franceses March Bloch e Lucien Febvre fundaram a chamada *Escola dos Annales*. Mais tarde, esta tendência de origem à Nova História (*Nouvelle Histoire*), que também surgiu na França, com ensaios publicados pelo medievalista Jacques Le Goff. A partir de então, os historiadores passaram a lidar com “novos problemas”, “novos objetos” e “novas abordagens” na pesquisa histórica. (HUNT, 2006).

Este movimento passou a se preocupar com temas antes esquecidos pela historiografia tradicional, que abordava apenas os grandes eventos, personagens e fatos políticos do passado como objetos de estudo. Não havia uma preocupação com a chamada “história total”, ou seja, que contemplasse também os pequenos acontecimentos, o cotidiano, os costumes, dentre outros temas até então vistos como periféricos aos grandes acontecimentos. Mas a principal quebra paradigmática que os novos historiadores realizaram foi a negação da simples narrativa de fatos históricos, como se os documentos falassem por si só. O papel do historiador ganhou maior destaque, exigindo dele também novas habilidades e um pensamento muito mais complexo do que aquele associado ao pensamento cientificista do século XIX. A história, a partir daí, passou a ser instrumento de análise das estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais, e não mais um instrumento de valorização e culto aos “grandes heróis, grandes momentos e grandes lugares” do passado. No entanto, este tipo de narrativa, considerado defasado pela historiografia, permanece em outros textos, muitos deles elaborados e veiculados pelos jornalistas.

Conclusão

Como os próprios historiadores afirmam, a história nem mesmo pode ser considerada uma ciência. É uma disciplina que tem uma metodologia própria, que não condiz com os caminhos que as demais ciências empregam. Para o historiador não há verdades ou certezas a serem atingidas e reveladas. O jornalista também lida com esses dilemas de quem precisa retratar os fatos, mas não tem como atingir a plena verdade. Ambos têm limitações, mas produzem tipos de informação e conhecimento significativos para a sociedade. Não há texto neutro em nenhum dos casos, pois há sempre a atuação dos sujeitos na seleção, produção e divulgação daquilo que é transmitido através do texto, seja ele uma narrativa jornalística ou historiográfica.

Ricoeur (1994, p. 15), destaca que o “[...] mundo exibido por qualquer obra narrativa é sempre um mundo temporal [...]; o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo; em compreensão, a narrativa é significativa na medida em que esboça os traços da experiência temporal.” Assim, a temporalidade está sempre presente nestas duas formas de narrativa – o jornalista e

o historiador não podem fugir da temporalidade, seja ela associada ao passado ou ao presente.

O tempo, ainda segundo Ricouer (1994), é vivenciado através dos discursos e da linguagem empregada pelo narrador. O passado, elemento fundamental do trabalho do historiador, é portanto reconstituído a partir destas narrativas. No entanto, os recursos empregados alteram a forma como estas informações chegam ao público leitor. Não há uma única forma de narrar este passado. Ele pode se revelar no presente de acordo com a linguagem utilizada pelo narrador. Neste caso, é impossível equiparar o método do historiador com o do jornalista, pois ambos possuem identidades narrativas que representam dois campos diferenciados de produção do conhecimento.

Laurentino Gomes não é um historiador. Nem pela sua formação, nem pela sua atuação. Ele permanece sendo o jornalista que escreveu sobre a história do Brasil. O que cabe investigar, portanto, são as representações destas duas categorias de produtores de conhecimento na sociedade atual. É necessário que pesquisadores de ambas as áreas reflitam, dialoguem e, se necessário for, entrem em conflito para que, através destas interações, seja possível ampliar a compreensão acerca destas duas narrativas no âmbito acadêmico e social. Historiadores e jornalistas são, evidentemente, personagens essenciais para que o passado não se apague. Valorizar estes dois grupos de atores sociais, repetir o seu trabalho e torná-los coatuantes nos novos processos históricos que se desencadeiam é tarefa primordial no universo da pesquisa.

Referências

- BARBOSA, Marialva. Meios de comunicação e história: um universo de possíveis. In: GOULART, Ana Paula (org.) *Mídia e Memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.
- BURKE, Peter. *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.
- BURKE, Peter. *O que é história cultural*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BURKE, Peter. *Variedades de história cultural*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2006.
- CELESTINO, Luis. História e jornalismo: aproximações e distanciamentos. *Anais do VIII Encontro Nacional de História da Mídia. Fortaleza*, 2011.
- CHARTIER, Roger. A nova história cultural existe? In: PESAVENTO, Sandra. *História e linguagens*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, pp. 29-44.
- _____. O mundo como representação. *Estudos avançados*, 11(5), 1991, pp. 173-188.
- _____. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- DUBY, Georges. A história cultural. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 405-408.
- FALCON, Francisco. *História cultural*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- GOMES, Laurentino. *1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta, 2007.
- HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Cultura, Mídia e Educação - Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 22, n.2, p. 15-46, jul./dez. 1997.
- _____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HOBSBAWN, E.; RANGER, T. (org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HUNT, Lynn (org.). *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- LE GOFF, J.; NORA, P. *História: Novos Problemas*. 2 ed. São Paulo: Francisco Alves, 1979.
- _____. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.
- _____. (dir). *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- MEDITSCH, Eduardo. *O Jornalismo é uma Forma de Conhecimento?* (Conferência feita nos Cursos da Arrábida – Universidade de Verão). Universidade Federal de Santa Catarina, setembro de 1997.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e história cultural*. São Paulo: Autêntica, 2008.
- RIBEIRO JÚNIOR, Florisbaldo Paulo. Representação e narrativa: usos e abusos. *Em tempo de histórias*, 8, 2004, pp. 1-15.

- RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa* (Tomos I, II, III). Campinas: Papyrus, 1994.
_____. *Historia e Verdad*. 3 ed. Madrid: Ediciones Encuentro, 1990.
- SILVA, Tomaz Tadeu (org.). *O que é, afinal, Estudos Culturais?* Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a História*. Brasília: Editora da UnB, 1998.
- VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo. *A pesquisa em história*. São Paulo: Ática, 2007.
- WASSERMAN, Claudia. Identidade: Conceito, Teoria e História. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v.7, n. 2, p. 7-19, jul./ dez. 2001.

SITES CONSULTADOS:

- Folha de São Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br>. Acesso em: 31 out. 2014; 3 nov. 2014.
- Revista Época. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com>. Acesso em: 2 nov. 2014.
- Brasil 247. Disponível em: <http://www.brasil247.com>. Acesso em: 12 nov. 2014.
- IPEA. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 13 nov. 2014.

Texto científico recebido em: 24/11/2014

Processo de Avaliação por Pares: (*Blind Review* - Análise do Texto Anônimo)

Publicado na Revista Vozes dos Vales - www.ufvjm.edu.br/vozes em: 05/05/2015

Revista Científica Vozes dos Vales - UFVJM - Minas Gerais - Brasil

www.ufvjm.edu.br/vozes

www.facebook.com/revistavozesdosvales

UFVJM: 120.2.095-2011 - QUALIS/CAPES - LATINDEX: 22524 - ISSN: 2238-6424

Periódico Científico Eletrônico divulgado nos programas brasileiros *Stricto Sensu*

(Mestrados e Doutorados) e em universidades de 38 países,

em diversas áreas do conhecimento.